

A RELAÇÃO DOS PROFESSORES REGENTES E PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

RELATION BETWEEN MAIN TEACHERS AND TEACHERS OF SPECIALIZED EDUCATIONAL ASSISTANCE IN FIRST GRADES OF ELEMENTARY SCHOOL IN CRICIÚMA CITY

Dyeniffer Simão Santhiago¹

Cinara Lino Colonetti²

RESUMO: O artigo discute a importância de uma boa relação entre professores³ regentes e professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE para a inclusão dos alunos com deficiência. Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica, analisando o contexto histórico, social, educacional, legislação, conceitual da educação especial e o Atendimento Educacional Especializado, do ponto de vista de diferentes autores que discutem sobre a Educação Especial. É uma pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas com seis professores dos Anos Iniciais da rede municipal de ensino de Criciúma, sendo que três dos entrevistados são professores regentes e três são professores do AEE. Com essa pesquisa é possível perceber que professores do AEE e professores regentes nem sempre tem uma relação de diálogo sobre o planejamento e as especificidades do aluno com deficiência, e a existência deste dialogo é fundamental para a inclusão desse aluno. Toda comunidade escolar é responsável pelo aluno com deficiência, todos tem um papel a ser cumprido. A gestão da escola tem a função de promover espaços e momentos para que o diálogo aconteça, os professores precisam garantir a aprendizagem do aluno dentro dos seus limites e o professor do AEE é o articulador da inclusão.

PALAVRAS CHAVE: Educação Especial; AEE; Inclusão.

ABSTRACT: The article discusses the importance of a good relation between teacher regent and teacher of Educational Service Specialist – ESS for inclusion of the students with deficiency. For the achievement this study was fulfilled a research bibliography analyzing context historic social, educational, legislation, concept of the education special and the Specialized Educational Service, of the point of sight of different authors what discuss on the Special Education. And a field research, by means of interview half structured with 6 teachers

¹ Graduanda em Pedagogia, Dyeniffer-santhiago@hotmail.com.

² Mestre em Educação, Cinaralc@yahoo.com.br

³ Os substantivos estão no gênero masculino mas compreendo e respeito as questões de gênero.
Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 1, nº1, janeiro/junho 2017.– Curso de Pedagogia– UNESC

of the early years of municipal network of teaching in Criciúma, being that 3 of the interviewees are regent's teachers and 3 are SES teachers. With this research it is possible to realize that SES teachers and regent's teachers not always have a relationship of dialogue on planning and the specificities of student with deficiency, and the existence of this dialogue is fundamental to the inclusion of this student. All school community is responsible for the student with deficiency, everyone has one role to be fulfilled. The school management has the function to promote spaces and moments for that the dialogue happen, the teachers need ensure the learning of the student inside of its limits and the SES teacher is the articulator of the inclusion.

KEYWORDS: Special Education; ESS; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema: “A relação dos professores regentes e professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE nos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de Criciúma.” O tema surgiu das minhas experiências no estágio não obrigatório, onde a relação entre professores regentes e do Atendimento Educacional Especializado – AEE eram praticamente inexistentes influenciando de forma negativa na aprendizagem do aluno.

O problema pesquisado foi: “Como a relação entre professor do Atendimento Educacional Especializado e os professores regentes influenciam no processo de inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial?”. E tem como objetivo: Compreender a influência no processo de inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial, mediante a relação do professor regente e do professor do Atendimento Educacional Especializado.

Tenho como base da pesquisa as questões norteadoras: Como funciona a relação entre professor regente e o professor do Atendimento Educação Especializado em escolas da rede Municipal de Criciúma? Como os professores regentes e professores do Atendimento Educacional Especializado dialogam sobre o planejamento do aluno com deficiência? De que forma a gestão escolar pode contribuir para que ocorra um planejamento em conjunto do professor regente e professor do Atendimento Educacional Especializado? Quais as atribuições do professor regente e do professor do Atendimento Educacional Especializado necessárias para a inclusão do público alvo da Educação Especial?

Este artigo traz o contexto histórico da educação especial, a legislação que rege a Educação Especial no Brasil, os conceitos fundamentais da Educação Especial e os aspectos fundamentais do Atendimento Educacional Especializado.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa discute: a relação dos professores regentes e professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE, nos anos iniciais do ensino fundamental no município de Criciúma.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, pois a pesquisa não visa o uso de instrumentos estatísticos, mas busca compreender e analisar a influência da relação entre professores, no processo de inclusão dos alunos, público alvo da Educação Especial.

Segundo Robert Stake (2011) a pesquisa qualitativa é baseada principalmente na percepção e na compreensão humana, por meio de diferentes pontos de vista. A pesquisa qualitativa é também situacional, cada momento e local é único, possui suas especificidades, por isso nesse modo de pesquisa não cabe generalizações.

Quanto ao objetivo a pesquisa é exploratória, pois tem em vista construir hipóteses sobre o tema proposto. Para Andrade (2010, p. 112):

A pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quanto a bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é bibliográfica e com pesquisa de campo. Para Lakatos e Marconi (2008), a pesquisa bibliográfica tem por objetivo conduzir o pesquisador ao contato com determinado assunto, seja por meio de: livros, jornais, revistas, rádio, filmes entre outros. A pesquisa de campo tem por finalidade conseguir informações e conhecimentos sobre um determinado problema, buscando encontrar uma resposta.

Para coleta de dados foram utilizados como instrumento de pesquisa: a entrevista, e essas entrevistas foram semiestruturadas, pois teve um roteiro de perguntas pré-estabelecido, mas os entrevistados tiveram espaço para exprimir suas opiniões. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas. Os sujeitos da pesquisa foram três professores regentes e três professores do Atendimento Educacional Especializado de escolas da rede municipal da cidade de Criciúma, que nessa pesquisa foram nomeadas as escolas de “1”, “2” e “3”. Os nomes dos entrevistados não foram divulgados para preservar suas identidades.

A análise de dados esta junto com o referencial teórico, já que não faria sentido separá-los, pois os dados pesquisados foram analisados a luz dos autores apresentados.

3 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL, EDUCACIONAL, LEGISLAÇÃO E CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Atualmente a educação no Brasil vem sendo muito debatida, por pensadores, professores, gestores, ONGs. A comunidade escolar como um todo, vem buscando formas de melhorar a qualidade da escola pública. Um dos focos da educação que vem sendo refletido é o processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola, mas a ação da sociedade em pensar na aprendizagem da pessoa com deficiência, nem sempre aconteceu. A presente pesquisa traz o contexto histórico, social, educacional, legislação e conceitual da educação especial para refletir a presença da pessoa com deficiência na sociedade.

3.1 História da Educação Especial

Historicamente as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade. Segundo Fuzzeto (2015) durante a antiguidade as pessoas com deficiência eram vistas como detentores de espíritos malignos, as cidades gregas: Atenas e Esparta tiveram destaque com práticas excludentes.

Segundo Fonseca (1995) os espartanos selecionavam as crianças que nasciam. Eliminavam toda criança que nascia com alguma deficiência, elas eram abandonadas para

morrer ou eram jogadas de abismos, pois os espartanos acreditavam que essas crianças que nasciam com deficiência não seriam capazes de se tornar guerreiros e lutarem na guerra.

Bianchett (1995) diz que, na idade média consideravam as pessoas com deficiência como pecadoras. Eram consideradas hereges, acreditavam que essas pessoas foram castigadas por Deus e as matavam queimadas em fogueiras em busca de uma “purificação”, para que fogo purificasse o corpo.

A Revolução Francesa marcou o fim do feudalismo, e a luta pela igualdade dos trabalhadores, que sustentavam o clero e a nobreza. Fonseca (1995), afirma que a Revolução Francesa trouxe novos olhares, que resultaram em uma perspectiva mais humanista da deficiência.

Em decorrência da Revolução Francesa e do início da modernidade surgiram as discussões sobre os direitos humanos, as pessoas com deficiência não foram mais assassinadas. Então a partir do século XVIII as pessoas com deficiência passaram a serem segregadas em instituições especializadas que prestavam atendimento para as pessoas com deficiência: asilos, sanatórios ou centros de caridade como as Santas Casas de Misericórdia, esse auxílio acontecia para que pessoas com deficiência não permanecessem juntas com as pessoas sem deficiência.

No século XIX, se iniciam os primeiros estudos científicos sobre as deficiências, com ênfase na deficiência mental. Fonseca (1995) destaca alguns trabalhos de estudiosos como: o médico John Langdon Haydon Down que foi o pioneiro nas pesquisas sobre as características da Síndrome de Down e Jean Marc Gaspard Itard conhecido por suas experiências com alunos surdos e de sua relação com Victor de Aveyron – o menino selvagem.

As pessoas público alvo da Educação Especial ainda sofrem com a discriminação, mas atualmente existem leis que defendem os direitos das mesmas.

3.2 Legislação

Segundo Mazzota (2005), no Brasil o atendimento escolar para pessoas com deficiência teve seu início no século XIX. D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos

Meninos Cegos, no Rio de Janeiro em 1854, que atualmente se chama Instituto Benjamin Constant - IBC. Em 1857 D. Pedro II fundou também o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Em 1926 foi instituído o Instituto Pestalozzi* de Canoas, em Porto Alegre criado para atender deficientes mentais. Em 1954 com o respaldo do Presidente Castelo Branco é criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, no Rio de Janeiro.

Em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional confirma o direito das pessoas com deficiência à educação, chamados nesse documento de excepcionais. Em 1962 foi constituído o primeiro Plano Nacional de Educação que designava 5% dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário para a educação dos educandos com deficiência. Em 1971 a LDBEN é alterada, a lei nº 5.692/71 define que os alunos com deficiência receberiam tratamento especial.

Em Julho de 1973 o Ministério da Educação - MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que foi criado com o objetivo de dar assistência educacional para pessoas com deficiência. O CENESP foi alterado em 1986, acrescentando preceitos de apoio técnico e financeiro à Educação Especial para escolas públicas e privadas, passando a se chamar Secretaria de Educação Especial- SEESP. A partir desse momento a Educação Especial começou a ser vista como parte complementar da educação.

Mazzota (2005) afirma que Constituição de 1988, garante as pessoas com deficiência: a educação, pois a mesma é um direito de todos, a sua integração na sociedade, o direito a um salário mínimo se comprovado que não possuem meios de sustentar-se ou que não são auxiliadas financeiramente por suas famílias. Em 1990 a SEESP é finalizada, e é substituída pela Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb.

Em 1990 é criado o Estatuto de Criança e do Adolescente, que assegura que crianças e adolescentes com deficiência tenham Atendimento Educacional Especializado e recursos de tratamento como próteses e medicamentos gratuitos. Em 1994 aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca na Espanha. A Declaração de Salamanca foi construída com a função de promover a inclusão, reformulando as políticas públicas e dando novas diretrizes básicas para o atendimento de alunos com deficiência.

* Johann Heinrich Pestalozzi educador suíço, que defendeu a democratização da educação.

Ainda em 1994, é instituída a Política Nacional de Educação Especial, que foi formulada de maneira excludente, pois dava acesso à educação somente para as crianças especiais que tivessem a capacidade de acompanhar os alunos sem deficiência. Nesse momento eram os alunos com deficiência que deveriam se ajustar a escola, sem ter suas necessidades atendidas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 assegura o apoio especializado para os alunos com deficiência na escola regular, a terminalidade específica para os alunos com deficiência que não conseguiram atingir os objetivos e concluir o ensino fundamental, em razão de sua deficiência, aceleração de turma para alunos com Altas habilidades/superdotação e a Educação Especial deveria ter como objetivo também a formação para o mercado de trabalho, para que a pessoa com deficiência pudesse fazer parte efetiva da sociedade em que vive.

A Convenção de Guatemala aconteceu em 1999, (sancionada no Brasil em 2001), defendia os direitos das pessoas com deficiência, e pedia o fim da discriminação. Em 2002 a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida com legítimo meio de comunicação, e passou a ser incluso na grade curricular de formação de professores.

Em 2008 é criada pelo Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial, a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, que traz como objetivos a Inclusão dos alunos público alvo da Educação Especial. A Resolução nº 4, de 2 De Outubro de 2009 estabeleceu as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, oferecido em salas de recursos multifuncionais.

O Plano Nacional de Educação - PNE tem como propósito investir na formação de professores, aprimorar as práticas pedagógicas e promover a acessibilidade arquitetônica e tecnológica nas escolas. A Lei de nº 13.146 de 6 de julho de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Em seu artigo 1º, garante que essa lei tem como finalidade de proporcionar que as pessoas com deficiência o exercício de seus direitos e das suas liberdades fundamentais, com o foco na inclusão social e cidadania.

No seu artigo 3º é assegurado o direito a acessibilidade, desenho universal que visa produtos, ambientes, serviços e programas que podem ser utilizados por todos, pessoas com e sem deficiência, tecnologia assistiva, considera-se também as barreiras que limitam ou

impeçam a participação social da pessoa com deficiência. Também é assegurado o direito a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras, Braille, a visualização de textos, sistema de comunicação tátil, caracteres ampliados, dispositivos de multimídia, linguagem simples, escrita e oral, sistemas auditivos, meios de voz digitalizados, englobando as tecnologias de comunicação e informação.

São contempladas nessa lei as adaptações razoáveis, elemento da urbanização, o mobiliário urbano, as pessoas com mobilidade reduzida como idosos, gestantes, lactante, pessoa com criança no colo, são consideradas nesse 3º artigo, bem como as residências inclusivas, a moradia para vida independente da pessoa com deficiência, atendimento pessoal, profissional de apoio escolar e acompanhante

Em seus artigos 4º e 5º a lei 13.456/2015 garante a igualdade de direitos para a pessoa com deficiência e de não ser discriminada, excluída, explorada, negligenciada e será protegida de qualquer forma de violência. O artigo 6º garante seus direitos civis de casar-se, constituir união estável, ter filhos, ter acesso a informação sobre planejamento familiar, conservar sua fertilidade e exercer o direito a guarda, tutela ou adoção.

A lei 13.456/2015 afirma que é dever do estado, da sociedade e da família garantir que os direitos a vida, a sexualidade, a maternidade, a paternidade, a saúde, a alimentação, a dignidade, respeito entre outros direitos das pessoas com deficiência. A pessoa com deficiência tem direito atendimento prioritário, direito a uma vida digna, a habilitação, reabilitação, a atenção integral a saúde por meio do SUS, o direito a educação, a moradia, ao trabalho em ambiente acessível e inclusivo, assistência social, previdência social, direito a cultura, transporte, turismo, lazer, mobilidade, participação da vida pública e política, acesso a ciência, tecnologia, justiça, reconhecimento igual perante a lei. Tem direito também de ser protegida em caso de prática, indução ou incitação de discriminação.

O artigo 92 da lei 13.456/2015 regulariza o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, registro público eletrônico que tem a finalidade de identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência e detectar as possíveis barreiras que impedem a realização de seus direitos. Com muita luta hoje as pessoas com deficiência conquistaram o direito ao acesso, permanência e a serem incluídos na escola e na sociedade.

3.3 Conceitos da Educação Especial

A Educação Especial pode ser compreendida em quatro conceitos principais: a Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão, que mostram como a sociedade percebeu as pessoas com deficiências, durante o processo histórico. Tais conceitos seguem presentes na sociedade, na sua forma de tratar as pessoas com deficiência.

Excluir é afastar determinado indivíduo ou grupo específico do meio em que vive. Como citado anteriormente durante muito tempo as pessoas com deficiência eram totalmente excluídas da sociedade, eram assassinadas, porque eram vistas como um peso a ser carregado, que não poderiam contribuir de forma positiva na sociedade. Apesar das mudanças da sociedade ainda há vestígios desse pensamento excludente atualmente, que podem ser mascarados como quando um professor rejeita na sua sala o aluno com deficiência, não vê esse aluno como parte da turma.

Segundo Mantoan (2006, p.9):

Percebi, e reluto em admitir, que a escola vem adotando medidas excludentes em reagir às diferenças, de fato, essas medidas existem, persistem, insistem em se manter, apesar de todo o esforço que tenho despendido para demonstrar que pessoas não são ‘categorizáveis’.

A exclusão não possibilita que a pessoa com deficiência seja considerada como indivíduo capaz de contribuir na sociedade, não permite que ela seja vista como cidadão de direitos e limita seu desenvolvimento de atuação na sociedade.

Bianchett (1995) afirma que a segregação acontecia antigamente quando as pessoas com deficiência eram mantidas em manicômios, asilos para que não tivessem em contato total com a sociedade. Com o passar dos anos foram criadas instituições para atender pessoas com deficiência como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, essas instituições foram criadas porque as pessoas com deficiência não tinham suas necessidades atendidas no ensino regular. No Brasil a partir de 1960 foram criados muitas instituições especializadas, que eram chamadas de escolas especiais e centros de reabilitação, que eram de natureza filantrópica.

Uma das falas da entrevista confirma que esse pensamento segregador ainda esta presente nas escolas, o professor do AEE da escola 2 conta que: *“A maior dificuldade ainda*

*fica nos valores que muitos profissionais trazem consigo, valores antigos retrógrados, de quatro décadas atrás, aonde profissionais ainda tem esse pensamento de que alunos com deficiência deveriam estar nas Apaes ou deveriam estar em casa, ou não deveriam estar aqui.”**

Esse tipo de profissional não busca conhecimentos para educar o aluno com deficiência, porque para este tipo de professor esse aluno deveria estar em lugar especializado, ele não considera o quanto a inclusão é positiva para todos os alunos, e ignora todos os direitos conquistados da pessoa com deficiência que estão previstos por lei. Em virtude dos movimentos que buscaram os direitos da pessoa com deficiência, que resultou na criação de leis que asseguram os direitos a educação e proteção à discriminação, que atualmente a pessoa com deficiência estar somente em um local especializado não é mais considerando suficiente, os atendimentos especializados passam a ser complementares ao ensino regular. Com isso a pessoa com deficiência entra na escola, onde ela não pode ser excluída e nem segregada, então nesse momento inicia um novo conceito que é a integração.

A integração é um conceito bem presente na escola. Werneck (2003) diz que: a Integração insere os alunos com deficiência nas escolas regulares de maneira parcial e condicional, em que esses alunos precisam se adaptar ao modelo imposto pela escola e a escola teria que apenas fazer ajustes para integrar. As mudanças na Educação Especial seriam superficiais e disfarça as limitações, para facilitar a inserção na escola.

Integrar é colocar o aluno com deficiência dentro da sala de aula comum, em contato com alunos sem deficiência, ela é inserida na escola, mas não é vista como parte da escola de maneira efetiva.

Mantoan (2006) afirma que a integração tem o objetivo, de inserir na escola o aluno ou o grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos. Não são todos os alunos com deficiência que podem ser integrados na escola, há uma seleção prévia para constatar os que estão capacitados para ser integrado na escola. Para os que foram considerados aptos, a escola busca formas de compensar as dificuldades na aprendizagem, como: a adaptação

* Entrevista concedida a Dyennifer Simão Santhiago em 22/09/2016.

curricular, a redução de objetivos educacionais e avaliações especiais. A escola não muda de forma geral, só faz pequenas mudanças para atender os alunos com deficiência.

A Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.1) afirma que a inclusão é: “[...] uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”.

Segundo Werneck (2003) a inclusão exige mudanças profundas, é a escola que precisa se adaptar para atender os alunos público-alvo da Educação Especial, a escola precisa buscar uma educação de qualidade em que todos os alunos da escola se beneficie. A inclusão defende o direito de todas as pessoas com ou sem deficiência, valoriza a individualidade de seus alunos, não disfarça as limitações, mas busca formas de lidar com essas limitações.

Mantoan (2006, p.19) afirma que: [...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Nessa perspectiva a inclusão não mantém seu foco apenas nos alunos com deficiência, mas busca melhorias na educação para todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar. Na entrevista o professor do AEE da escola 2 afirma que: *“Eu vejo ele aprendendo, e vejo os alunos sem deficiência aprendendo junto com ele sobre as diferenças. Então ambos ganham, porque ambos se percebem, apresentam valores e estão convivendo em harmonia.”*

Carvalho (2008) diz que: para que a inclusão aconteça de forma efetiva, a inclusão precisa estar materializada no projeto político pedagógico, que é entendido como caminho da busca por repostas educativas, espaço onde se planeja e organiza formas de remover barreiras. Essas barreiras precisam ser reconhecidas, a autora defende a prática da pesquisa constante, para que todos possam aprender e participar da escola.

O gestor tem papel fundamental na inclusão já que é ele que orienta toda a comunidade escolar, ele que organiza todo o funcionamento da escola. Durante a pesquisa é possível perceber o quanto o gestor pode contribuir para que professores regentes e

professores do AEE trabalhem em conjunto com o objetivo de fazer o melhor planejamento para que o aluno com deficiência tenha um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

Todos os seis professores afirmaram que os gestor possibilita momentos de encontro. Na escola 1 segundo os professores afirmaram que esses encontros acontecem no conselho de classe e em reuniões pedagógicas. Na escola 2 o diálogo acontece em: reuniões, durante o momento de hora-atividade, o professor do AEE relatou que:

Com certeza, a gente tem feito essa troca de informação, a nossa diretora da nossa unidade escolar me deu suporte necessário, ela deixa eu chegar na sala, ela deixa eu trocar figurinha com os professores, quando eu estou com alguma dificuldade com o professor de sala, ela chega cobra, exige, porque nossa escola é uma escola inclusiva, não pode existir exclusão de espécie alguma.

A diretora oportuniza isso, me oportuniza conversar desde a hora-atividade, nos intervalos, às vezes o aluno falta eu estou lá na sala de aula dando suporte para o professor conversando, prestando atenção de como é a dinâmica dele de sala, a gente vai se ajudando, temos assim mais pontos positivos do que negativos na hora de incluir a criança com deficiência. (Entrevista concedida a Dyeniffer Simão Santhiago em 22/09/2016)

Na escola 3 também acontecem esses encontros, principalmente nas reuniões pedagógicas, onde metas são planejadas para todo o ano letivo.

O gestor precisa estabelecer momentos em que os professores regentes e do AEE possam dialogar sobre o aluno com deficiência, e planejar o seu processo de ensino e aprendizagem, ter o respaldo do gestor é fundamental para que a relação dos professores funcione.

Para que a inclusão aconteça é necessário que de toda a comunidade escolar mude o olhar sobre as deficiências, não vê-las como apenas como uma falta, mas como especificidade. São as diferenças que tornam as pessoas únicas, as mesmas fazem parte da individualidade de cada um. O professor regente tem papel essencial na inclusão do aluno com deficiência, uma das atribuições que o professor regente precisa ter para ser inclusivo é ter conhecimento sobre a deficiência do seu aluno, aceitar que esse aluno tem limitações, mas que ele precisa ser estimulado a superar ou aprender a lidar com suas limitações e proporcionar que o aluno aprenda.

Na pesquisa de campo foi questionado de que forma as professoras regentes se sentiam com a presença do aluno com deficiência na sala de aula. A professora da escola 1 diz

que: *“As vezes frustrada por ver um ser tão indefeso e dependente.”** A professora da escola 2 afirma que:

Para nós professores é um desafio, é um direito conquistado pelos pais, pela criança, mas é um desafio bem grande porque infelizmente a nossa graduação não nos prepara para receber essas crianças em sala de aula, muitas as vezes as escolas não tem os recursos necessários, mas eu acho que é importantíssimo, a gente percebe a evolução das crianças especiais depois que eles passaram a ter contato na escola. (Entrevista concedida a Dyeniffer Simão Santhiago em 29/09/2016)

Na escola 3 a professora regente fala que: *“Normal, sinto que é um aluno com suas particularidades como os outros e meu papel é acolhê-lo e ensina-lo.”**

As três professoras têm visões diferentes do aluno com deficiência, enquanto a professora 1 vê somente as dificuldades que essa aluna tem, não vê suas possibilidades e com essa fala fica perceptível que a aluna com deficiência não tem estímulo para construir sua autonomia. A professora 2 não se sente preparada para educar seus alunos com deficiência, esse pensamento ainda é muito atual e defendido por muitos professores. Segundo os professores do AEE a maior dificuldade para que aconteça a inclusão é a resistência do professor e a falta de interesse de buscar conhecimento sobre inclusão.

A professora 3 diferente das outras professoras o vê como um aluno comum que esta ali para aprender. É importante ressaltar que essa professora regente tem na sua formação uma especialização na área de educação especial, então ela deve ter mais conhecimento sobre inclusão do que as outras professoras, porém todo professor tem o dever de ensinar o aluno com deficiência, já que o direito a educação é para todos.

4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

No momento educacional atual todos os alunos com deficiência que estão no Ensino Regular têm direito ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, para garantia de seu acesso e permanência na escola. Historicamente as pessoas com deficiência não foram aceitas pela sociedade. Desse modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva

* Entrevista concedida a Dyeniffer Simão Santhiago em 15/09/2016.

* Entrevista concedida a Dyeniffer Simão Santhiago em 28/09/2016.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 1, nº1, janeiro/junho 2017.– Curso de Pedagogia– UNESC

da Educação Inclusiva (2008) diz que, como anteriormente citado antes até o século XIX as pessoas com deficiência eram excluídos ou segregados, foi nessa perspectiva que a Educação Especial começou a atender nas instituições substituindo a escola comum, que não atendia as pessoas com deficiência.

Segundo a Resolução nº4 de 2 de Outubro de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial em seu artigo 2, afirma que o Atendimento Educacional Especializado – AEE (2009, p.1) tem como função: “[...] complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação e desenvolvimento de sua aprendizagem”.

O Atendimento Educacional Especializado é o serviço que perpassa toda vida escolar da pessoa com deficiência, e busca maneiras de auxiliar as necessidades pedagógicas desses alunos. Alunos que fazem parte do público-alvo pelo decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, institui para recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB que esses alunos têm duplo computo de matrícula um na escola comum e outra no atendimento Educacional Especializado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece o público-alvo da Educação Especial: alunos com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial, alunos com transtornos globais do desenvolvimento – TGD incluem-se nesse grupo as síndromes do espectro do autismo, o autismo e psicose infantil. E alunos com altas habilidades/superdotação são alunos que apresentam um potencial elevado em áreas do conhecimento humano, combinadas ou isoladas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2008)

A Resolução nº 4 de 2 de Outubro de 2009 em seu artigo 5º afirma que:

O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos,



conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2009, p.1)

O Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais afirma que as salas de recursos multifuncionais são espaços que conta com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para atender o público-alvo da educação especial. Esse mobiliário é composto por equipamentos de informática, computador, mesa, cadeira, armário, lupas e materiais didáticos pedagógicos. (BRASIL, 2010)

No artigo 6º da Resolução nº 4 de 2 de Outubro de 2009, é garantido o atendimento hospitalar. No artigo 7º é assegurado o enriquecimento curricular para as pessoas com altas habilidades/ superdotação, desenvolvidas nas escolas públicas com parcerias de núcleos de atividades para altas habilidades/ superdotação e com instituições de ensino superior e institutos voltados a pesquisa, artes e esportes.

O Atendimento Educacional Especializado precisa fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola. Essa modalidade de ensino não substitui o ensino regular e deve ser oferecido no contra turno do ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva garante:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior, o atendimento educacional especializado, continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino, formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, participação da família e da comunidade, acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.10)

A Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009, define o perfil do professor do Atendimento Educacional Especializado. Esse profissional tem que ter formação inicial na docência e formação específica na área de Educação Especial. Esse profissional tem como função: construir e executar um plano de aula individual para cada aluno público-alvo da Educação Especial, definir cronogramas para as atividades do aluno com deficiência, orientar os professores e família sobre recursos pedagógicos e de acesso que o aluno utiliza. (BRASIL, 2009)

Nas entrevistas, os professores do AEE foram questionados sobre quais as atribuições necessárias para a inclusão. Os professores responderam que além das definidas pela Resolução nº4 de Outubro de 2009, outra atribuição importante é derrubar os preconceitos de toda comunidade escolar, o professor do AEE da escola 2 afirma que esse professor precisa ser o articulador do processo de inclusão.

Algo que foi muito presente na pesquisa de campo, foi a sensação de que as professoras regentes falaram pouco, suas respostas eram curtas e “maquiaram” a maioria de suas respostas, pois as respostas foram curtas, não relataram dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, mas elegiam culpados para os problemas cotidianos dos seus alunos com deficiência.

Enquanto a entrevista com os professores do AEE em alguns momentos pareceu um desabafo, principalmente com os professores da escola 2 e 3, suas respostas foram longas, cheias de exemplos do cotidiano escolar e de situações de preconceito, falta de informação. Esses dois professores reconheceram como maior dificuldade a resistência de alguns professores em lidar com os alunos com deficiência. É necessário ressaltar que atualmente a rede municipal de Criciúma tem 72 escolas e somente 26 salas do AEE.

Outra atribuição do professor do AEE é estabelecer articulação com o professor regente. Na pesquisa de campo foram questionados: Como funciona a relação entre professor regente e professor do Atendimento Educacional Especializado e se acontece o diálogo sobre o planejamento do aluno com deficiência?

Na escola 1 a professora do AEE afirmou que é uma relação de muito respeito e que a professora regente procura atender as necessidades do aluno com deficiência. Mas a professora regente tem outro olhar, para ela a professora do AEE não soluciona suas dúvidas sobre como lidar com a aluna com deficiência na sala de aula, que ao invés disso ela busca alguma desculpa ou algum culpado. Sobre o planejamento, ambas afirmam que o diálogo aconteceu algumas vezes, mas que a professora do AEE sugere ideias de atividades.

Com a fala dessas professoras foi possível compreender que na escola 1 o diálogo não acontece de maneira recorrente e nem é eficaz, a professora regente parece insatisfeita com essa relação. Diante disso é possível levantar algumas possibilidades sobre as causas dessa relação não estar funcionando de maneira adequada, a professora regente pode não se

sentir capaz de solucionar sozinha, os problemas e dúvidas que ela tem sobre as especificidades da sua aluna com deficiência e passa essa responsabilidade para a professora do AEE. E a professora do AEE por sua vez não deve estar conseguindo fazer o seu trabalho que é promover a articulação entre ela e os professores, talvez pelos professores não darem a oportunidade e o espaço que a professora AEE necessita para construir uma boa relação, e/ou a professora pode não estar percebendo essa insatisfação por parte da professora regente.

Na escola 2 a professora regente considera boa, o professor do AEE evidenciou que essa relação precisa ser a mais real possível, tranquila e quando eles tem uma relação de troca é um trabalho muito rico. Ambos afirmaram que eles discutem o planejamento do aluno com deficiência com bastante frequência. Nessa escola pode-se perceber que é o professor do AEE que faz com que essa relação dê certo, já que com o respaldo da gestora ele tem liberdade para adaptar o planejamento feito pelo professor regente para o aluno com deficiência, conforme as especificidades desse aluno. Ele busca orientar os professores nas suas dúvidas, busca formas de lidar com as dificuldades dos alunos e de mudar o pensamento de alguns professores que ainda não aceitam o aluno com deficiência.

Na escola 3 a professora regente afirmou que é uma relação de troca de ideias e que é auxiliada pela professora do AEE quando necessário. A professora do AEE considera a relação como boa e que dialogam sobre as deficiências, as limitações, a capacidade e conhecimentos novos que ela adquiriu em cursos e palestras, em momentos de hora-atividade. Nessa escola é perceptível que os professores tem uma boa relação, mas o diálogo sobre adaptações no planejamento para o aluno com deficiência não é frequente.

Os alunos com deficiência são de responsabilidade de toda comunidade escolar. Para que a inclusão aconteça na escola, a mesma deve estar sempre refletindo suas práticas e buscando melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, para garantir que toda comunidade escolar seja beneficiada.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo mostra o quanto é importante à reflexão sobre o diálogo entre professores regentes e professores do Atendimento Educacional Especializado. As relações

entre os professores das 3 escolas são bem diferentes, na escola 1, o diálogo é quase inexistente e o planejamento não é feito em conjunto. Entre as três escolas, a escola 2 é a que aparenta ter a melhor relação entre professor do AEE e professora regente, já que o diálogo acontece frequentemente e o planejamento é feito em conjunto, os professores regentes os constroem e o professor do AEE faz alterações de acordo com as especificidades do aluno com deficiência.

Enquanto na escola 3 existe o diálogo sobre o aluno com deficiência suas limitações e superações, mas discussões sobre o planejamento são pouco frequentes. As gestoras das 3 escolas cumprem seu papel de promover espaços para o diálogo dos professores e também na atribuição de promover a inclusão na escola.

O objetivo do artigo em compreender a influência no processo de inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial, mediante a relação do professor regente e professor do Atendimento Educacional Especializado, foi alcançando. Para que o processo de inclusão aconteça na escola, é fundamental que a relação entre esses professores aconteça de maneira efetiva, é necessário que diálogo seja frequente, o professor do AEE precisa fazer a articulação com a comunidade escolar e os demais professores precisam cumprir sua função de ensinar todos os seus alunos.

Atualmente a Educação Especial faz parte da grade curricular do curso de pedagogia e de outros cursos, mas a graduação nunca conseguirá dar informação suficiente para lidar com todas as situações que acontecem na sala de aula. É dever dos professores buscar formação continuada para lidar com os alunos com e sem deficiência.

A inclusão ainda não acontece em todas as escolas, mas esse pensamento inclusivo tem tido grandes avanços na educação. A pessoa com deficiência vem ganhando mais espaço, e a sociedade aos poucos têm mudado o seu olhar, isso não é gratuito, pelo contrario é resultado de muita luta das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.158p.



BIANCHETT, Lucídio. Aspectos Históricos da Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.3 1995.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988

_____. **Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei de nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 1996.

_____. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília: MEC 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Resolução nº 4 de Outubro de 2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p.17. 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. 152p.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução as ideias de Feuerstein**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995. 246p.

FUZETTO, Murilo Muniz. **O deficiente na sociedade: a convivência com o preconceito**. Encontro de Iniciação Científica, v. 8 n. 8. 2012. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/view/3530/3285>
Acesso em: 20 de ago de 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** 2.ed. São Paulo: Moderna, 2006. 63p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 277p.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 208p.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** Tradução de Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011. 263p. il.

WERNECK, Claudia. **Você é gente.** Rio de Janeiro: WVA, 2003. 203p.